

O CONCEITO DE INFORMAÇÃO PELO VIÉS DA ALTERIDADE

Jonathas Luiz Carvalho SILVA

Doutorando em Ciência da Informação

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Mestre em Ciência da Informação

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA)

jonathascarvalhos@yahoo.com.br

Henriette Ferreira GOMES

Doutora em Educação

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI),

Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação,

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

henriettefgomes@gmail.com

Resumo

Aborda relações sobre informação e alteridade. Apresenta como síntese do problema a seguinte pergunta: como se dão as relações teórico-epistemológicas entre informação e alteridade? Como objetivo geral busca analisar o conceito de informação sob a ótica da alteridade na perspectiva triádica da negação, diferença e afirmação, considerando diálogos no âmbito da Filosofia Moderna e Contemporânea. Já como objetivos específicos, o artigo busca: discutir alteridade sob as reflexões de Hegel, Sartre e Lévinas; e analisar algumas relações entre informação e alteridade no âmbito da negação, diferença e afirmação alteritárias da informação. A metodologia do trabalho se constitui de uma pesquisa de nível exploratório com um delineamento bibliográfico. Conclui-se que a informação é um elemento eminentemente alteritário e que há uma efetiva necessidade de ampliação desses estudos no âmbito da Ciência da Informação e da Filosofia, em particular, no âmbito da Filosofia da Informação.

Palavras-chave: Informação–Alteridade. Filosofia da informação. Negação. Diferença. Afirmação.

THE INFORMATION CONCEPT BY THE ALTERITY BIAS

Abstract

It discusses the relationships on information and otherness. It presents a synthesis of the problem of the following question: how do the theoretical and epistemological relationships occur between information and otherness? It presents as general objective: to analyze the concept of information from the perspective of otherness in the triadic perspective of denial, difference and affirmation considering dialogues regarding the Modern and Contemporary Philosophy. As to the specific objectives: to discuss the otherness according to the reflections of Hegel, Sartre and Levinas, and to examine some relationships between information and otherness in the scope of negation, difference and affirmation of information. The methodology constitutes an exploratory research with bibliographical outline. We conclude that the information is an element eminently related to the otherness

and that there is an effective need to expand these studies in the field of Information Science and Philosophy, particularly the philosophy of information.

Keywords: Information-Otherness. Information Philosophy. Denial. Difference. Affirmation.

1 INTRODUÇÃO

A informação se constitui como uma das terminologias mais densas e complexas na sociedade contemporânea em face de suas múltiplas aplicações na ciência e no cotidiano social, assim como pela sua diversidade de significados e conceituações envidados por estudiosos de áreas diversas, principalmente da Ciência da Informação (CI). Uma das principais vertentes de estudos da informação na contemporaneidade reside na reflexão filosófica que busca a construção/elaboração de conceitos e aplicações da informação no âmbito social considerando a diversidade de percepções e intercorrências cognitivas dos sujeitos da informação (emissor, receptor/usuário, representantes institucionais, além de sujeitos não humanos, como documentos e artefatos tecnológicos).

Uma das vertentes que aproxima (ou pode aproximar) informação e Filosofia incide sobre os estudos de ontologia e alteridade, sendo este último visto como um desafio mais efetivo em termos do caráter relacional e interacionista relativo aos estudos em informação. A alteridade é um conceito que pode ser aplicado e relacionado a vários conceitos como, por exemplo, fenomenologia (MERLEAU PONTY, 1945; SARTRE, 1999) e ética (LÉVINAS, 1977).

O presente trabalho apresenta como síntese do problema a seguinte pergunta: como se dão as relações teórico-epistemológicas entre informação e alteridade? Apresenta como objetivo geral: analisar o conceito de informação sob a ótica da alteridade na perspectiva triádica da negação, diferença e afirmação considerando diálogos no âmbito da Filosofia Moderna e Contemporânea. E, para alcançar esse objetivo geral foram delimitados como objetivos específicos:

- a) discutir sobre a alteridade no âmbito da Filosofia Moderna e Contemporânea contemplando, em especial, as reflexões de Hegel, Sartre e Lévinas;
- b) analisar algumas relações entre informação e alteridade no âmbito da negação, diferença e afirmação alteritárias da informação.

A principal conclusão obtida a partir do estudo realizado aponta para a informação enquanto um elemento eminentemente alteritário, o que permite recomendar uma ampliação dos estudos no âmbito das relações entre Ciência da Informação e Filosofia, em especial aqueles voltados à perspectiva temática da Filosofia da Informação.

2 REFLEXÕES SOBRE ALTERIDADE NO ÂMBITO DA FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

A terminologia alteridade tem se estabelecido com forte apelo etimológico e epistemológico na Idade Moderna e, principalmente, na Idade Contemporânea em virtude de sua definição eminentemente coletiva, relacional e interacionista.

Em termos etimológicos, a palavra alteridade é derivada do termo grego *alteritas* (outro) e tem se configurado semanticamente como desiderato da diversidade ou diferença. Em outras palavras, a alteridade significa etimológica e ontologicamente a capacidade do ser em conceber distinções, assim como desenvolver perspectivas para convivência em meio à diversidade (BOUDON; BOURRICAUD, 1993). Já em termos epistemológicos, a alteridade se insurge como uma temática eminentemente vinculada aos reflexos da sociedade e da ciência contemporânea e remonta suas bases teóricas e epistemológicas essencialmente a partir da Filosofia e, em seguida, das Ciências Sociais e Humanas, especialmente da Sociologia, Antropologia, Psicologia e Educação.

Esses reflexos sociais e científicos que dão vazão ao advento dos estudos sobre alteridade ocorrem, em larga medida, em face da cultura do individualismo, da identidade singular e de uma ontologia do ser para si, que demandam uma nova percepção científica e social de relação, integração e reciprocidade que se configuram na fundamentação do ser para o outro (a imanência de alteridade).

A alteridade surge, portanto, como uma nova fundamentação do pensamento filosófico sobre a realidade social junto a uma efetiva aproximação/junção do caráter científico-social, além de agregar valores éticos e humanos aos processos de relação entre o eu e o outro, que primem pelas perspectivas intergrupais e interpessoais (JODELET, 1998) ou por processos de subjetivação (ROLNIK, 1995).

Filosoficamente, a alteridade é trabalhada de forma mais preliminar por Hegel e Sartre e de forma mais ampla em Lévinas¹. Em Hegel, a alteridade pode ser vislumbrada no âmbito da dialética idealista, principalmente na constituição da obra 'Fenomenologia do Espírito'. Hegel afirma que:

¹ O termo preliminar é utilizado para Hegel e Sartre porque a alteridade não constitui a essência de seus estudos e pensamentos, mas uma perspectiva de caráter complementar, como por exemplo, relacionado à dialética idealista (Hegel) e ao Existencialismo, Fenomenologia, ontologia e humanismo (Sartre), enquanto que em Lévinas, a alteridade se configura como primado básico associado às ideias de ética, subjetividade, heteronomia, ontologia.

Para a consciência-de-si, portanto, o ser-Outro é como um ser, ou como momento diferente; mas para ela é também a unidade de si mesma com essa diferença, como segundo momento diferente. Com aquele primeiro momento, a consciência-de-si é como consciência e para ela é mantida toda a extensão do mundo sensível; mas ao mesmo tempo, só como referida ao segundo momento, a unidade da consciência de si consigo mesma. Por isso, o mundo é para ela um subsistir, mas que é apenas um fenômeno, ou diferença que não tem em si mesma nenhum ser. Porém essa oposição, entre seu fenômeno e sua verdade, tem por sua essência somente a verdade, isto é, a unidade da consciência de si consigo mesma. Essa unidade deve vir a ser essencial a ela, o que significa: a consciência de si é desejo, em geral (HEGEL, 2007, p.136).

A alteridade hegeliana ocorre no âmbito da dialética idealista. Essa dialética alteritária tem seu limiar na atividade de negação de uma consciência referente a um determinado objeto como forma de satisfação de um desejo. É precisamente essa negação que estabelece uma formação prévia da consciência e demanda a formação de um novo desejo que só pode ser satisfeito quando do reconhecimento de outra consciência para si.

Neste caso, a partir da negação, podemos pensar duas consciências para si em constante conflito idealístico, buscando um reconhecimento e uma satisfação individual. Isso significa que o outro é senão o reflexo daquilo que a consciência de si quer reconhecer e satisfazer. Em outras palavras, essa tensionalidade relacional entre 'eu' e o 'outro' conota que a dialética da alteridade é compreendida a partir da diferença, de sorte que a relação entre o eu e o outro se transforma no embate humano entre pensamentos, ideias, desejos, necessidades e reconhecimentos. No entanto, a relação dialético-alteritária hegeliana entre o eu e o outro não implica que a diferença seja um elemento de exclusão ou rejeição, mas, ao contrário, a diferença consiste em subsídio que promove a atração e o encantamento para a consciência de si, significando que a diferença é um constitutivo para o reconhecer-se a si mesmo.

Logo, a dialética da alteridade hegeliana prima pelo respeito à diferença, pois esta diferença, por um lado, pode negar algumas características entre as consciências do eu e do outro e, por outro lado, pode afirmar essas características. É precisamente nesse momento de negação e afirmação, que a diferença entre o eu e o outro assume um espectro de totalidade integradora e interna, pois ao reconhecer no outro aquilo que 'é ou não é', a consciência de si se firma como um movimento incessantemente dialético-alteritário.

Em Sartre, a alteridade é uma questão de princípio e de necessidade, de modo que a consciência em uma perspectiva ontológico-fenomenológica é efetivada na relação do 'eu

para o outro', ou seja, uma consciência se percebe quando consegue, inicialmente, perceber outra consciência como uma maneira extrínseca de constituir uma percepção de mundo para, em seguida, articular heurísticas para busca e reconhecimento da consciência do próprio ser.

Contudo, em Sartre, a essência do potencial formativo da consciência está na possibilidade de pensar as relações de externalidade do ser para o outro (o eu é um elemento funcional do outro), ao que se contrapõe, por exemplo, à filosofia cartesiana que compreende o outro como um elemento funcional do eu (internalidade). Mas essa relação do eu para com o outro não significa, necessariamente, um pressuposto de afirmação do outro, pois como afirma o próprio Sartre (1991, p. 93, tradução nossa) "o inferno são os outros", em alusão ao caráter conflituoso, de domínio e julgamento entre o eu e o outro (SARTRE, 1999).

É precisamente nesse caráter de conflito entre o eu e o outro que é possível pensar o 'ser para o outro', uma vez que o conflito é subsídio *sine qua non* para o estabelecimento de múltiplas relações que podem ser situadas, por um lado, nos contextos de negação, domínio e posse e, por outro lado, nos contextos de reciprocidade que favorecem perspectivas efetivas à formação da consciência. Sartre discorre mais sobre a questão quando argumenta que:

Sou possuído pelo outro; o olhar do outro modela meu corpo em sua nudez, causa seu nascer, o esculpe, o produz como é, o vê como jamais o verei. O outro detém um segredo: o segredo do que sou. Faz-me ser e, por isso mesmo, possui-me, e esta possessão nada mais é que a consciência de meu possuir. E eu, no reconhecimento de minha objetividade, tenho a experiência de que ele detém esta consciência. A título de consciência, o outro é para mim aquele que roubou meu ser e, ao mesmo tempo, aquele que faz com que "haja" um ser, que é o meu (SARTRE, 1999, p.454-455).

Sartre procura elucidar em sua fenomenologia que os conflitos entre o eu e o outro estão baseados em processos de contradição que constituem a formação da consciência. Para tanto, destaca que é a partir do outro que se torna possível a revelação do ser, seja a partir de uma aceitação desse outro ou de uma rejeição. Essa aceitação pode ser consagrada em princípios como o amor e o masoquismo, enquanto a rejeição é declinada ao ódio e ao sadismo, o que conota ser o outro elemento referencial para a constituição do eu.

Porém, independente dos desígnios da díade aceitação/rejeição, a fenomenologia sartreana defende que o resultado é a efetiva evidenciação dos conflitos e contradições,

pois, por um lado, a aceitação pode revelar um ofuscamento da subjetividade do eu e de outro, a rejeição pode causar um espectro de generalismo em que todo aquele que seja 'outro' é digno de ser odiado ou suprimido de sua liberdade pelo eu.

Como afirma Sartre (1999, p. 510), “[...] o ódio é ira de todos os outros em um só outro.”, afinando as contradições ontológicas entre os seres, intensificando a percepção de um egocentrismo fenomenológico que, ao preconizar a vontade de imposição de desejos do eu sobre o outro, se firma como a busca pela plenitude da liberdade através da inibição de possibilidades do outro não interferir nas ações e desejos do eu. A alteridade em Sartre reside na formação da consciência do eu a partir da relação com o outro, sendo essa relação sempre marcada por conflitos e contradições independentemente de primar por adjetivações de aceitação, rejeição ou mesmo de indiferença (quando o eu tenta eliminar qualquer possibilidade de interferência do outro, dirimindo as contradições na relação entre eu-outro).

Com efeito, entende-se que é na acepção de Lévinas (1974; 1977; 1988; 1997) que a alteridade conquista o seu *status* contedístico e epistemológico mais complexo e dinâmico, de sorte que a alteridade é focalização central em toda a trajetória da filosofia levinasiana, seja em uma crítica à ontologia e construto da fenomenologia, seja na constituição de pressupostos éticos. O filósofo lituano desenvolve uma análise diferenciada quando faz uma crítica à filosofia ocidental de que toda análise e reflexão são centradas no eu como um fenômeno de formação ontológica individualizada, pois como revela Lévinas (1977, p. 70) “[...] a filosofia do poder, a ontologia, como filosofia primeira que não questiona o Mesmo, é uma filosofia da injustiça.”

Ao questionar o eu na filosofia ocidental, Lévinas insere o outro como reflexo de uma realidade relacional e premente a ser gestada na Filosofia. Para tanto, a vinculação entre o eu a serviço do outro tem sua relevância vinculada a dois fatores essenciais: o primeiro é que a ética é princípio norteador da Filosofia e da práxis humana, anterior, inclusive, à ontologia, fomentando a concretização da alteridade como instrumento de uma supressão do caráter de dominação entre os indivíduos ou simplesmente de uma absolutização do eu como elemento ontologicamente soberano; a segunda é que se a ética é precedente à ontologia, há, de fato, uma responsabilidade do eu pelo outro, sem a pretensão de um interesse de dominação de um sobre o outro, mas pela consecução de uma relação recíproca.

Para justificar os dois fatores suprarreferidos, Lévinas utiliza uma afirmação clássica de Fiodor Dostoievski, da obra 'Os Irmãos Karamazovi' de que "[...] somos todos culpados de tudo e de todos perante todos, e eu mais do que os outros" (LÉVINAS, 1988, p. 91), designando a importância do eu na práxis humana, mas não o seu isolacionismo e sim a necessidade da relação recíproca com o outro para composição de uma prática alteritária.

O interessante em Lévinas é que ao levantar a bandeira de uma heteronomia da alteridade (LÉVINAS, 1974) como sinônimo de autonomia ontológica e humanização da Filosofia ocidental, o pensador lituano consegue (ou pelo menos intenta) aproximar as percepções dos estudiosos vinculados à Filosofia política (e de outras áreas do conhecimento) contrários às práticas de dominação do sistema capitalista a partir de uma perspectiva ético-alteritária, que pense inicialmente no bem-estar dos indivíduos em caráter coletivo e as percepções dos estudiosos de teologia e questões de cunho espiritual e metafísico de que é preciso fazer o bem ao outro (caráter de solidariedade) implicando dizer que o eu não existe para ser absoluto no mundo, mas para prestar apoio ao outro.²

Em outras palavras, essa aproximação pode ser compreendida quando Lévinas esclarece que a alteridade não se dá apenas na relação entre o eu e o outro, mas na responsabilidade que o eu exerce de apoiar o outro, primando por princípios éticos (antecessores à ontologia) destituídos de interesse e voltados para um ato de entrega de amor, haja vista que o reconhecimento da alteridade ocorre no âmbito da "[...] própria identidade do eu humano a partir da responsabilidade, isto é, a partir da posição ou da deposição do eu soberano na consciência de si, deposição que é precisamente a sua responsabilidade por outrem" (LÉVINAS, 1988, p. 93).

Em suma, considera-se a complexidade e relevância dos estudos sobre alteridade para compreensão das relações humanas, sendo possível atentar para as concepções de alteridade no âmbito das relações humanas de informação.

3 DOS PROCEDIMENTOS DE NEGAÇÃO, DIFERENÇA E AFIRMAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE INFORMAÇÃO E ALTERIDADE

² Vale ressaltar que essa afirmação não é referente a uma aproximação de cunho ideológico entre estudiosos críticos ao sistema capitalista e estudiosos de Teologia, pois é sabido que há um conjunto de conflitos entre essas percepções, embora haja pensadores que partilhem de ambos os estudos, mas de mostrar teleologicamente a necessidade alteritária do eu buscar respaldar o outro em um ato incessante de reciprocidade que se configura na conversão identitária do para-si no para-outro.

A informação tem se configurado como um dos elementos mais relevantes da atualidade, seja no pensamento e atividade científica, seja no cotidiano social da humanidade. Considera-se que uma das principais características da informação é o seu aspecto ontológico relacional, deliberando uma aproximação latente com a ideia de alteridade.

O presente estudo atribui algumas perspectivas reflexivas de associação entre informação e alteridade contemplando questões investigadas no âmbito da Ciência da Informação e da Filosofia que conservam fundamentos sociais e epistemológicos interligados à informação.

3.1 Da unilateralidade e/ou arbitrariedade transferencial: a informação como negação alteritária

A informação, especialmente na CI, vem sendo trabalhada de forma intensa como fenômeno de transferência, conforme Barreto (2002) relata a modificação da consciência do indivíduo e de seu grupo social, sintonizando a memória do passado e perspectivas para o futuro.

Essa transferência pode ser vislumbrada em vários níveis, a saber: linearmente entre emissor/autor e receptor/usuário; conflituosamente entre emissor/autor e receptor/usuário (envolve questionamentos e comumente processos de dominação do primeiro sobre o segundo); da relação entre dados e informação; da mensagem concebida para a informação (construção de sentidos ou compreensão de um fenômeno); da informação para o conhecimento.

Historicamente, em especial a partir da década de 1960, a informação tem sido concebida em termos político-institucionais (representações de cunho governamental em esfera federal, estadual, municipal, parceria pública e/ou privada de natureza nacional-internacional) e político-científicos (elaboração de políticas/programas/modelos de informação de caráter público e privado) a partir de uma diversidade de modelos transferenciais.

Nessa perspectiva, é possível destacar os seguintes modelos de transferência da informação:

- a) **modelo físico de transferência da informação** – modelo desenvolvido por Aurel Avramescu que contempla um processo de difusão da informação científica e

tecnológica de caráter fiscalista e linear no contexto da troca de informações (diferentes) entre indivíduos. O problema desse modelo reside em não considerar os fluxos histórico-sociais e as dinâmicas relacionais e alteritárias entre os sujeitos da informação, e sim em focalizar apenas o processo comunicacional na transmissão de dados e sinais;

b) **modelo técnico de transferência da informação** – modelo matemático desenvolvido por Shannon e Weaver (1949) que prioriza o processo de comunicação a partir do seu contexto físico e com a eficácia da transmissão através da noção de unidirecionalidade, linearidade e objetividade. O modelo matemático prevê a utilidade do segmento comunicacional, verificando diversos instrumentos que constituem sua estrutura, tais como: fonte de informação, mensagem, emissor, sinal, receptor e destinatário;

c) **modelo social de transferência da informação** – modelo desenvolvido por Goffman atentando para a ideia de que a informação é transferida em processo semelhante à difusão de epidemias, sendo transmitida mediante uma forma de contágio;

d) **modelo do *continuum* comunicacional** – modelo elaborado por Murdock e Liston (1967) que vislumbra uma variedade de canais no processo de transferência da informação, como o canal direto (interação face a face), canal de mídia primária (publicação de materiais bibliográficos como livros, jornais, periódicos, relatórios, manuais, patentes...), canal de arquivo (buscas em centros de informação como bibliotecas e arquivos, visando à busca retrospectiva) e canal de mídia secundária (representado por instrumentos de busca como, por exemplo, índices e bibliografias).

É preciso considerar que os modelos de transferência da informação apresentados são insuficientes para explicar a realidade histórico-social da informação, principalmente em virtude de caracterizar um processo linear ou semilinear no qual a informação é constituída, de um lado, como instrumento de transmissão de sinais (conceito técnico de informação) e, por outro lado, a partir de uma mensagem para alterar estruturas do receptor/usuário (conceito cognitivo de informação) (BELKIN; ROBERTSON, 1976; BROOKES, 1977; 1980; BELKIN, 1980; INGWERSEN, 1992).

Como esses modelos foram criados pensando a realidade centro-periferia, pode-se afirmar que valorizam o processo de dominação e conformação da realidade dominante à realidade dominada. Em geral, os modelos vinculados à transferência de informação primam por maneiras verticalizadas de afirmar relações, observando o outro como elemento ontológico menor em detrimento de pensar as concepções heteronômicas da informação e a autonomia do usuário, principalmente considerando suas potencialidades de apreensão, compreensão e apropriação.

De outro modo, observa-se que os modelos de transferência da informação são inviáveis do ponto de vista alteritário, pois compreendendo a informação como ente ideal (abstrato) construído baseado em características secundárias dos signos (RENDÓN-ROJAS, 2005) ou mesmo a informação como um “[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 37)³, demanda inexoravelmente que as “vozes” coletivas ecoem de forma horizontal, a partir do estabelecimento de diálogos interacionistas contemplando necessidades construtivas e não simplesmente mensagens transmitidas de ‘cima para baixo’ que buscam a satisfação de um pressuposto ontológico do para-si (HEGEL, 2007) ou em-si. (SARTRE, 1999).

Desse modo, é preciso considerar que a informação em seu nível transferencial não valoriza a ideia de alteridade, de modo que compreende a práxis informacional vinculada *ad arbitrium* ao emissor confirmando a tradição da Filosofia ocidental de centralizar o poder e a hegemonia da informação no eu.

Assim, a transferência de informação pode ser considerada como uma negação alteritária pelo seu intenso procedimento unilateral (observa uma ou poucas maneiras de constituir a informação), arbitrário (focaliza a centralidade da informação no eu e não em uma relação dialógica entre eu e o outro – no sentido do para-outro) e associal, uma vez que desconsidera, por um lado, os processos de construção da informação e, por outro lado, segundo alerta Ogborn (1997), desconsidera outras metáforas tais como contar, expor, mostrar, ver, descobrir possibilidades para a construção da informação.

³ Ambos os conceitos se complementam aprofundando uma percepção sociocognitiva, abstrativo-concreta, teórico-prática e científico-social de informação.

Enfim, a transferência de informação apenas mostra uma negação da alteridade. É preciso, porém, aprofundar o debate reconhecendo o caráter de diferença e afirmação da alteridade, pois são nessas duas características que a alteridade se concretiza como instrumento de ser para o outro.

3.2 A informação no âmbito da diferença alteritária: o olhar para o outro na perspectiva de reciprocidade

Após a percepção de uma negação alteritária transferencial da informação, é pertinente o debate acerca da informação como fenômeno de diferença alteritária que apresenta um fundamento mais complexo e dinâmico, pois é o momento de definir as relações e reciprocidades entre eu e o outro e também ‘aquilo que é’ e ‘que não é’ no processo de construção da informação.

As concepções afirmativas de informação demandam a compreensão primeira do que ela não é em essência (negação) e o que pode ser (diferença), de modo que negação e diferença são elementos vitais para identificar e analisar um determinado fenômeno (DELEUZE, 2008). Entende-se que a informação para ser compreendida no contexto da diferença alteritária demanda, inicialmente, o reconhecimento das diferenças entre os sujeitos (humanos e não humanos) e como essas diferenças, em caráter de relação/interação entre eu e o outro podem contribuir para a construção da informação.

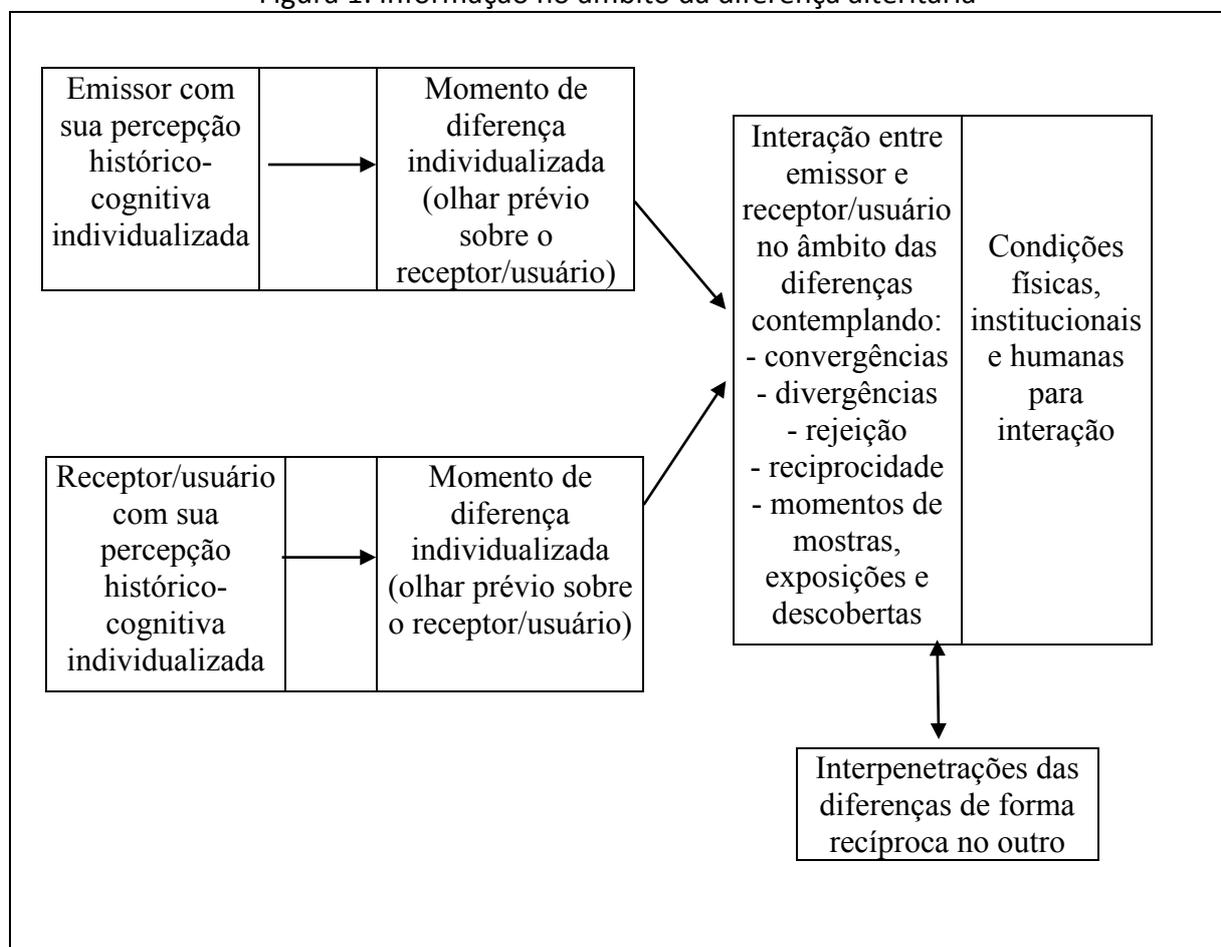
O princípio da diferença alteritária é bem expresso no pensamento de Hopenhayn (1999, p. 129, tradução nossa) quando este afirma que “[...] a diferenciação, pensada como diferença operando ou acontecendo é ato de deslocamento plural entre muitas alternativas de interpretação, mas também é ato de posicionamento singular frente a essa luta de interpretações possíveis”.

No tocante à informação como fenômeno de diferença alteritária percebem-se duas questões gerais: a primeira é a diferença que separa inicialmente emissor/autor e receptor/usuário como uma forma de estranheza mútua ou de uma incompreensão prévia da realidade social do outro; a segunda é a diferença que aproxima emissor/autor e receptor/usuário observando as necessidades de cada sujeito da informação que se configura na rejeição ou absorção das diferenças do outro em prol da composição de uma nova identidade do eu (o outro contribui para que o eu selecione aquilo que é ou não viável para a construção da informação a partir de atividades interacionistas).

Essas diferenças alteritárias para a construção da informação entre emissor e receptor/usuário se dá em quatro dimensões: a percepção do emissor (as condições histórico-sociais e institucionais); a percepção do receptor (as necessidades cotidianas contemplando a realidade histórico-social); a interação entre ambos (o momento em que as diferenças são postas não mais como elemento de estranheza, mas de reciprocidade ou pelo menos de uma compreensão prévia do outros); as condições institucionais, físicas e humanas para essa interação (implica os instrumentos normativos, documentais, tecnológicos e contedúísticos que o emissor dispõe e as condições cognitivas do receptor para definir as possibilidades de interação); as interpenetrações das diferenças de forma recíproca no outro (o momento em que as diferenças se interpõem em um contextualismo seletivo).

Essas diferenças podem ser expressas na Figura 1 que segue:

Figura 1: Informação no âmbito da diferença alteritária



Fonte: elaboração dos autores.

Percebe-se que a informação como diferença alteritária rejeita *in actu* a ideia de linearidade no processo de construção da informação. Neste caso, emissor e

receptor/usuário são elementos ontológicos possivelmente com necessidades e perspectivas diferentes. Porém, em caráter inicial, emissor e receptor/usuário se estabelecem como sujeitos isolados e percepções peculiares.

É precisamente a partir da interação entre ambos que as diferenças são postas em evidência, e as possibilidades de interação são vislumbradas de forma mais concreta, visando aproximar essas diferenças, verificando as possibilidades de interpenetração das diferenças no outro. No entanto, é preciso considerar que essas diferenças só são passíveis de evidenciação quando se pensa em uma relação horizontal entre emissor/autor e receptor/usuário, primando por um processo de convergências, divergências, reciprocidades, constituindo um momento de mostras, exposições e descobertas para ambos os sujeitos da informação.

Para tanto, essas diferenças precisam ser consideradas em uma potencialidade eminentemente afirmativa, de sorte que é na profusão positivada do outro que a informação é plenamente efetivada como alteridade.

3.3 Entre a transação e a partilha: a informação como fundamento de afirmação alteritária

O ideário conceitual de informação vem conquistando novos espaços semânticos nas últimas décadas como forma de repensar sua amplitude social e interacionista, principalmente considerando a fundamentação teórico-epistemológica da CI e intercorrências teóricas das ciências sociais e humanas.

A prova disso é o advento de um conjunto de abordagens de cunho social (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2002; CAPURRO, 2003; RENDÓN-ROJAS, 2005; FROHMANN, 2008) oriundas das décadas de 1990 e início do século XXI baseadas em fundamentos teóricos de um constitutivo amálgama da Filosofia e das ciências sociais e humanas, como a Epistemologia Social (EGAN; SHERA, 1952; SHERA, 1977), teoria construtivista (PIAGET, 1970; 1994), fundamentos marxianos ou de influências marxistas como o sociointeracionismo (VYGOSTKY, 1993; 1995; 1995; 1998; 2001), entre outros.

As abordagens sociais da informação buscam, sobretudo, a consubstanciação de uma fundamentação alteritária da informação, afirmando a informação não mais como instrumento de posse do emissor/autor, mas construída na interação entre emissor/autor e receptor/usuário, e apresentando neste último o primado básico de sentido da informação, colocando em relevo o processo de mediação da informação.

Destarte, os princípios que evidenciam a afirmação alteritária possuem duas características essenciais, relacionadas à mediação da informação e ao papel social da informação: a primeira se estabelece “[...] como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos” (GOMES, 2010, p. 87); e a segunda, conforme Almeida Júnior (2009, p. 97), revela que a informação “[...] está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”.

Observa-se que as duas características apontadas soam como resultado da interação entre as diferenças dos sujeitos da informação. Essas diferenças afirmam a necessidade da satisfação das necessidades cotidianas do receptor/usuário da informação, assim como demonstram que a informação é gestada socialmente em uma perspectiva de conflitos. (POPPER, 1972; SARTRE, 1999).⁴

O conflito sendo empregado como elemento contextualista (DE ROSE, 2012) favorece múltiplas possibilidades de expressões dos sujeitos da informação apresentando as contradições e diferenças na busca por uma unidade relativa à contribuição do outro na vida do eu sob via de reciprocidade, qual seja, em caráter procedimental, novas perspectivas para lidar com a mediação, apreensão, compreensão e apropriação da informação e, em caráter teleológico, a construção do conhecimento.

As características definidas por Gomes (2010) e Almeida Júnior (2008; 2009) constituem fundamentos principiológicos da afirmação alteritária da informação. É pertinente reconhecer a característica finalística que se dá a partir do seguinte segmento: a informação como partilha (esse segmento envolve a informação voltada para a construção de conhecimento).

No que tange à partilha da informação, Caraça (1993, p. 43) esclarece que “[...] o processo básico da informação não é a troca, mas a partilha. Depois de uma 'transação de informação', ambas as partes detêm a informação que foi objeto da transação [...] O valor associado a tal transação deve portanto ser equacionado de um modo totalmente diferente”.

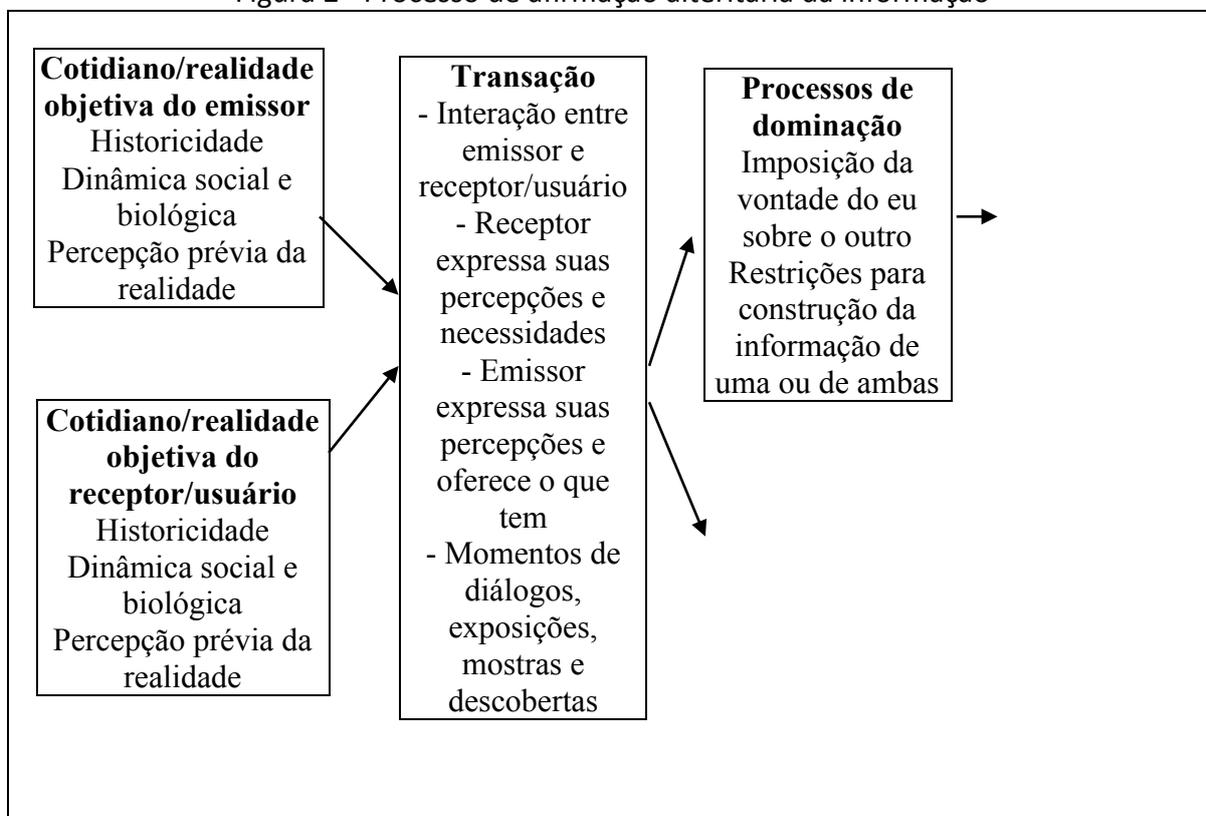
⁴ Simmel (1983, p. 122-123) afirma que “[...] o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...] O conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente”.

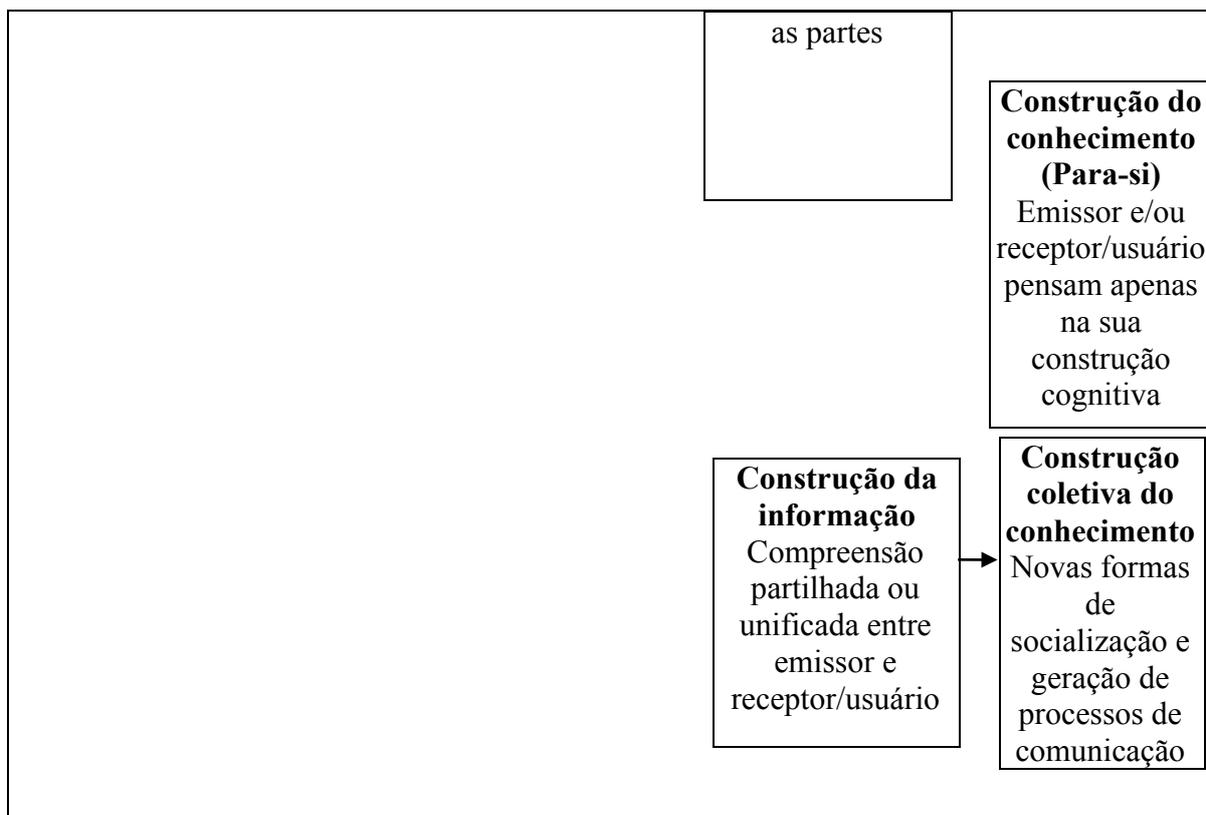
A partilha da informação é um resultado intrinsecamente concatenado a um procedimento de transação. Esse processo de transação se constitui em um conjunto de diálogos e interações entre emissor/autor, receptor/usuário e outros sujeitos humanos e não humanos (o contexto humano pode ser algum representante institucional e o não humano é referente a normas, documentos e artefatos tecnológicos que podem dinamizar ou limitar a transação entre emissor/autor e receptor/usuário) baseado nas realidades cotidianas histórico-sociais desses sujeitos.

O termo transação torna-se mais adequado por caracterizar um intenso estado de negociação e ajustes recíprocos entre emissor/autor e receptor/usuário. É nesse momento que as diferenças são evidenciadas e pode ocorrer, por um lado, uma rejeição do eu ao outro ou, por outro lado, o outro se torna parte do eu, de sorte que contribui para uma construção coletiva da informação.

A Figura 2 revela a prática informacional de afirmação alteritária:

Figura 2 - Processo de afirmação alteritária da informação





Fonte: Elaboração dos autores.

Algumas considerações sobre o processo de informação exposto na figura:

- a) a partilha da informação não é um processo linear, de modo que vislumbra as realidades de emissor/autor e receptor/usuário de maneira horizontal e considerando as particularidades de ambos;
- b) a informação deve ser construída COM o usuário e não apenas PARA O usuário (CARVALHO SILVA, 2012);
- c) as interações entre emissor/autor e receptor/usuário são necessárias a fim de que as diferenças sejam expostas promovendo expressões sociais, mostras, exposições e descobertas de ambos os lados;
- d) porém, a partilha da informação nem sempre é uma realidade, uma vez que dessa interação pode surgir um caráter de dominação do eu sobre o outro (restrições ou concentração no processo de construção da informação) ou a partilha da informação propriamente dita (construção coletiva e partilhada da informação);
- e) a diferença entre a dominação e a partilha é que a primeira reside em uma construção individualizada de conhecimento que restringe perspectivas de socialização para outros sujeitos e ambientes, enquanto a segunda busca a construção coletiva do conhecimento valorizando a geração de novos processos

comunicacionais bem como a inserção de novos diálogos com outros sujeitos da informação, ratificando o caráter de afirmação alteritária da informação como uma interpenetração dos sujeitos (surtem um novo eu e um novo outro com a intencionalidade de agregar e contribuir com outros sujeitos);

f) negação, diferença e afirmação são pressupostos necessários para a construção alteritária da informação, em virtude de deliberar uma relação minuciosa e histórica entre emissor/autor e receptor/usuário, assim como envolvem diversas facetas ontológicas dos sujeitos da informação;

g) a negação revela o que não é; a diferença revela aquilo que pode ser a partir da interação entre os sujeitos e a afirmação define um novo eu baseado na concepção e contribuição do outro.

A vantagem da partilha da informação é que desloca a percepção social da informação do 'eu' para uma relação dinâmica entre 'eu e outro' (a informação é um bem coletivo e só pode ser efetivada na prática interativa) valorizando pressupostos de compreensividade, veracidade e dinamicidade das relações entre os sujeitos da informação.

A dificuldade da partilha da informação é que demanda um conjunto de princípios éticos (LÉVINAS, 1977) entre os sujeitos da informação que caracterizam a alteridade da informação, visto que o olhar individualizado ou que não reconheça a relevância do outro pode se configurar em um processo de dominação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre informação demandam novas abordagens, visando à adequação às necessidades sociais, em um momento de múltiplas possibilidades de interação e construção da informação.

Desde a década de 1960, os estudos sobre informação foram concebidos de forma prioritariamente vinculada à percepção de transferência da informação como um atributo linear de 'cima para baixo' ou do emissor para o receptor. Todavia, é pertinente considerar a relevância de estudos que contemplem a partilha da informação como procedimento de distribuição e de uma relação horizontal entre emissor/autor, receptor/usuário e outros sujeitos humanos e não humanos da informação.

Para se pensar novas abordagens de informação, torna-se pertinente a inserção dos ideários de alteridade, de sorte a deslocar a prática informacional do eu para uma relação

entre eu e o outro, pois em uma acepção histórica, a informação é vista como um fundamento gnosiológico e epistemológico voltado para a atitude do emissor/autor sobre o receptor/usuário.

A alteridade da informação possui um caráter de negação (dizer aquilo que não é ou não deve ser), um caráter de diferença (dizer aquilo que pode ser a partir de relações sociais) e um caráter de afirmação (dizer aquilo que é), estabelecendo uma dinâmica prospectiva da informação como elemento de diálogo, mostra, exposição, descoberta, construção e que promova subsídios para construção de conhecimentos coletivos e geração de novos processos comunicacionais.

A alteridade da informação, ao pensar o outro como instrumento de partilha ou de dominação, conota o caráter ético (ou antiético) dos sujeitos da informação. Independente da dominação ou partilha, o outro é ponto central na filosofia da práxis informacional, de modo que reflete uma nova identidade do eu. Mas é na partilha que a informação encontra sua plenitude em face de uma construção coletiva.

Percebe-se que os estudos em informação encontram múltiplos espaços científico-sociais que não atentam para um procedimento linear ou transferencial, mas para um procedimento dinâmico e partilhado. Esse se dá a partir de um cotidianismo social afetado pela necessidade de construção de sentidos e da visualização da informação, não como fenômeno de redução de incertezas, mas que busca novos questionamentos e reconstrução de conhecimentos.

Finalmente, observa-se que a informação é um fenômeno de característica eminentemente alteritária, sendo necessária a ampliação desses tipos de estudos no âmbito da CI e da Filosofia da Informação, a fim de que se possa melhor compreender a dimensão do outro nos processos de construção da informação e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo.

Anais eletrônicos... São Paulo: ANCIB, 2008.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v.27, n. 4, p.197-204, July-Aug. 1976.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo (SP): Ática, 1993.

BROOKES, Bertram C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v.2, n.1, p.125-133, 1980.

_____. Developing cognitive viewpoint in information science. In: **International Workshop On The Cognitive viewpoint**. Belgium: University of Ghent, 1977. p. 195-203.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CARAÇA, João. **Do saber ao fazer: porque organizar a ciência**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1993.

DE ROSE, Keith. Contextualismo: explanação e defesa. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Org.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 297-324.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

EGAN, Margaret E; SHERA, Jesse H. Foundations for a theory of bibliography. **En Library Quarterly**, v. 22, n.2, p. 125-137, 1952.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.G. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.85-99, jan./dez. 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2007.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [S.l.], v.58, n.4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HOPENHAYN, Martín. Tninsculturalidad y diferencia. In: ARDM, B. (Ed.) **El reverso dela diferencia. Identidad y politica**. Caracas: Nueva Sodedad, 1999. p. 69-80.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.299-312.

JODELET, D. A alteridade como processo e produto psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 47-67.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.7, n.1, jan./jun. 2014.

- LÉVINAS, Emmanuel. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. Nijhoff: La Haye, 1974.
- _____. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. **Ética e infinito**. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- _____. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MERLEAU PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1945.
- MURDOCK, John W.; LISTON, David M. A general of information transfer. **American Documentation**, Oct. 1967.
- OGBORN, Jon. Constructivist metaphors of learning science. **Science & Education**, v. 6, p. 121-133, 1997.
- PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. **O juízo moral na criança**. Tradução de E. Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. (Original publicado em 1932).
- POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México: CUIB-UNAM, 2005.
- ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, M.C. R. (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 141-170.
- SARTRE, Jean Paul. **Huis Clos suivi de Les Mouches**. Paris: Gallimard, 1991. (Col. Folio).
- _____. **O ser e o nada**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, 1977.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SILVA, Jonathas Luiz. Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48656/52727>>. Acesso em: 21 jan. 2013.
- SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: Morais, E. (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.
- _____. **Obras escogidas II: problemas de psicología general**. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.
- Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.7, n.1, jan./jun. 2014.

_____. **Pensamento e linguagem.** Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Psicologia pedagógica.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.